

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

*Projeto pedagógico nacional com complementação de cada instituição de ensino superior
que oferta o curso de Especialização em Gestão escolar

Elaborado pela equipe de apoio à Diretoria de Educação a Distância (DED/CAPES)
Prof. Dr. Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira (UFOP);
Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP);
Prof.^a Dra. Heloisa Candia Hollnagel (Unifesp);
Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda (Unifesp) e
Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno (Unifesp)

A partir do Projeto original do PNAP elaborado por:
Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (Uneb);
Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (Enap);
Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (Uneb);
Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP);
Prof. Dr. Paulo Emílio Matos Martins (UFF);
Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (Ufam) e
Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (Fiocruz)

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Escolar, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

O PNAP nasceu em 2006 a partir da experiência-piloto do curso de Administração, supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC) e coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além do bacharelado em Administração, o PNAP, atualmente, é composto por quatro especializações na área pública, sendo as três iniciais Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, com o acréscimo, em 2020, da especialização em Gestão Escolar.

Nesse contexto, em 2009, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), já integrada à estrutura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições públicas de ensino superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento por meio da realização de Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010, teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos PPCs; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos cursos de especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017, foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP, que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Em 2020, mais um curso foi integrado ao PNAP: o curso de Especialização em Gestão Escolar. O objetivo é atender à necessidade de formação de gestores, das áreas federal, estadual e municipal, para que possam lidar com os desafios da educação básica.

Desde a criação do PNAP, vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento do Programa. Destacamos: os(as) professores(as) Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (Ufes) e Cledinaldo Aparecido Dias (Unimontes).

1) Dados de Identificação do Curso

- a) Nome do curso: Curso de Especialização de Gestão Escolar
- b) Proponente: FAELCH - Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras; Universidade Federal de Lavras
- c) Comissão coordenadora: Prof^a Dr^a Giovanna Rodrigues Cabral (presidente); Prof^a Dr^a Bethânia Bittencourt Costa e Silva (membro) e Prof^o Dr^o Paulo Henrique Arcas (membro)
- d) Público-alvo: Profissionais que atuam ou venham a atuar na gestão no setor de educação ou em instâncias ligadas à educação em todas as esferas do Estado.
- e) Número de vagas: Serão ofertadas conforme editais públicos ou outros meios de financiamento disponíveis quando da abertura das vagas. Para 2025.2 a previsão de oferta é de 240 vagas, distribuídas nos polos de Lavras, Congonhas, São João Del Rei, Campos Gerais, Cambuí e Andrelândia (40 vagas em cada polo).
- f) Formas de ingresso: Edital específico – O processo seletivo para os cursos, na modalidade a distância, é aplicado quando há oferta de vagas, de acordo com as demandas da instituição e posterior liberação pela UAB. A cada processo, é publicado um edital específico, em que constam as normas de seleção e o período de inscrições. Das vagas ofertadas em cada polo, podem ser reservadas vagas para gestores que atuam na educação básica pública. As demais vagas são oferecidas para a demanda social, respeitando-se o sistema de cotas e a Resolução Normativa CEPE nº 076 de 02 de abril de 2024, que trata do regulamento geral dos cursos de pós graduação lato sensu na UFLA.
- g) Duração do curso: O curso foi concebido para ser integralizado em 18 meses.
- h) Previsão para Início das atividades: Agosto de 2025

2) Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB e, consequentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Escolar vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais na área de educação, capacitados para exercitar a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

Para atender à demanda pela formação de gestores escolares nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Escolar no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles: Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil; Normativas e orientações da Pró-reitoria de Pós Graduação para cursos lato sensu; Resoluções pertinentes dos conselhos superiores da Universidade; Projeto pedagógico do curso; Resolução Normativa CEPE nº 076 de 02 de abril de 2024 (Dispõe sobre o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação Lato sensu (Especialização) da Universidade Federal de Lavras); Normativas e orientações da Coordenadoria de Educação a distância/UFLA, dentre outros.

3) Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional,

em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios.

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do status quo anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização quanto ao seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto com o lado da receita quanto com o lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a

demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da Administração Pública.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da UAB, que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas públicas.

4) Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um Programa que tem como objetivo primordial:

- ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5) Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema UAB e seus polos de apoio, subsidiando a

formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6) Caracterização regional

A Universidade está situada na cidade de Lavras (Minas Gerais), a 230 km de Belo Horizonte, 370 km de São Paulo e 420 km do Rio de Janeiro, no entroncamento dos três principais grandes centros do país. A microrregião de Lavras é composta por 8 municípios, mas a atuação das ações extrapola a dimensão regional.

No recenseamento de 2022, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Lavras conta com 104.761 habitantes, sem contar a população rotativa (estudantes de outras localidades). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é de 0,782. Lavras é um município brasileiro da região do Campo das Vertentes, no sul do estado de Minas Gerais e possui uma área de 564,5 km². Lavras está ligada a grandes capitais por duas rodovias principais: pela Fernão Dias, conectando-a a Belo Horizonte, a 230 quilômetros, e a São Paulo, a 370 quilômetros, e pela BR 265 chega-se a BR 040 que dá acesso ao Rio de Janeiro, a 420 quilômetros. A produção agropecuária se destaca especialmente pelo café e pelo gado leiteiro, apesar de constarem diversas culturas agrícolas.

O setor industrial se encontra em desenvolvimento. Os setores agroindustriais e metalúrgico são os principais ramos industriais de Lavras. A cidade é sede do 8.º Batalhão da Polícia Militar (8.º BPM) e do 6.º Comando Regional da Polícia Militar (6.º CRPM), contendo também uma unidade da Polícia Federal.

Lavras tem sido destaque no cenário educacional, possui cerca de 65 estabelecimentos de

ensino, entre os quais quatro de nível superior: a Universidade Federal de Lavras (UFLA), o Centro Universitário de Lavras (Unilavras), a Faculdade Adventista de Minas Gerais (FADMINAS) e a Faculdade Presbiteriana Gammon (FAGAMMON), além de vários polos de Educação Superior na modalidade a Distância. Entre os principais museus de Lavras destacam-se o Museu Bi Moreira, onde se podem encontrar vários objetos como móveis, fotos, documentos e utensílios em geral relacionados com a história da cidade, e o Museu Sacro de Lavras, igreja com várias obras sacras do século XVIII, de quando a igreja foi construída. A cidade conta com a Casa da Cultura, instalada desde 1984 em prédio do início do século XX, e tem por finalidade abrigar diversas atividades artístico-culturais do povo lavrense.

7) Integração e articulação da Educação a Distância ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

São diretrizes institucionais (PDI 2021-2025), neste campo, a manutenção de uma infraestrutura específica para dar apoio às especificidades de quaisquer atividades educativas que envolvam a flexibilização da presença do estudante no espaço universitário e a oferta constante de cursos na modalidade EaD, como proposta para ampliar a atuação da universidade em EaD, possibilitando o acesso de mais estudantes à pós-graduação e extensão, de alta qualidade e adaptados à modernidade. Ainda, é diretriz institucional a intensificação do uso de novas metodologias e tecnologias próprias da modalidade a distância nos cursos presenciais de graduação ofertados pela UFLA, que ampliará a utilização dos ambientes virtuais de aprendizagem, objetos de aprendizagem e outros materiais didáticos digitais para as disciplinas oferecidas nos cursos presenciais.

Para o cumprimento de suas metas e ações, a Diretoria de Educação Aberta e à Distância (DEAB), constitui-se em um órgão de fomento e gestão das ações em educação a distância dos cursos, programas e atividades em educação a distância ou semipresenciais da UFLA.

Seguindo o modelo da Universidade Aberta do Brasil, o curso de Especialização em Gestão Escolar a distância conta, ainda, com uma equipe multidisciplinar, com integrantes que atuam desde a montagem das salas virtuais até a mediação dos componentes junto aos estudantes e o acolhimento e acompanhamento dos mesmos no polo de apoio presencial.

8) Aspectos institucionais

A Universidade Federal de Lavras adota como princípio basilar em suas diretrizes legais e pedagógicas e em suas ações institucionais o compromisso ético com a sociedade. Nesse sentido, a

Universidade adota como fundamento de sua atuação social a geração, o desenvolvimento, a socialização e a aplicação de conhecimentos e de valores por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos. Além disso, há uma preocupação precípua com a responsabilidade social e com a difusão de produções artístico- culturais e tecnológicas. Para consolidar as metas e as ações, a UFLA mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais e constitui-se em instituição propulsora do desenvolvimento regional, nacional e mundial, com atuação reconhecida internacionalmente em várias áreas do conhecimento.

8.1 Missão

Em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2021-2025), a Universidade Federal de Lavras - UFLA - tem por missão “manter e promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, produzindo e disseminando o conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade na sociedade, contribuindo para formação do ser humano e profissional criativo, competente, crítico-reflexivo e comprometido com a ética para uma sociedade mais justa e democrática. Essa missão pauta-se em princípios éticos e humanistas, de modo a estimular a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

Em outras palavras, a UFLA compromete-se a formar cidadãos e profissionais qualificados, capazes de produzir e disseminar conhecimento científico, tecnológico e cultura de alta qualidade na sociedade. Nesse sentido, as ações que concretizam a missão institucional se pautam e se fundamentam na gestão democrática, na autonomia administrativa, didático- científica e gestão financeira, na defesa do ensino de qualidade, público e gratuito, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão interligados com sua responsabilidade social, no desenvolvimento sustentável, na igualdade de condições de acesso e permanência do discente na Instituição e no fortalecimento dos convênios, acordos de mútua cooperação, contratos e diálogos com a sociedade urbana e rural. Enfim, a missão institucional se encontra consubstanciada nos objetivos, nas estratégias e nas ações que viabilizam a inserção da Universidade em sua área de atuação, na gestão institucional, na construção da historicidade e do perfil institucional, na proposição de ações que viabilizem a excelência acadêmica.

8.2 Princípios e valores

A UFLA, com vistas a efetivar a sua missão institucional de manter e promover a excelência

no ensino, na pesquisa e na extensão, produzindo e disseminando o conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade na sociedade, contribuindo para formação do ser humano e profissional criativo, competente, crítico-reflexivo e comprometido com a ética para uma sociedade mais justa e democrática, busca ser referência nacional e internacional como universidade sócio e ambientalmente correta, integrada à sociedade, como centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.

Para tal, defende uma educação pautada em valores éticos-estéticos-políticos da formação humana, alicerçada pelos seguintes valores: Autonomia; Universalidade; Excelência; Ética; Sustentabilidade; Transparência; Saúde e qualidade de vida; Trabalho em equipe; e Compromisso social.

8.3 Outros aspectos

Como instituição que se ocupa dos processos educativos, a UFLA zela, de modo exponencial, pela proposição de estratégias que poderão influenciar qualitativamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas. Tais estratégias se articulam com a filosofia de trabalho, com a missão a que se propõe, com as diretrizes pedagógicas que orientam as ações e com a sua estrutura organizacional/logística. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI/UFLA) explicita que o papel da Universidade se circunscreve na formação para a cidadania, no exercício profissional contemporâneo.

Na política de inserção social, tem-se o reconhecimento da universidade como importante corpo social da comunidade interna e externa, objetivando o intercâmbio entre os atores dessa sociedade, identificando seus problemas e avaliando suas potencialidades.

Integra, ainda, esse conjunto de diretrizes apresentadas, o zelo pelo princípio da igualdade de condições de acesso e permanência para todo e qualquer estudante. Assim, são viabilizadas a qualificação e a implementação de programas de assistência estudantil, concebida como direito e como política de inclusão social dos diferentes segmentos da população, visando à universalidade da cidadania, estabelecendo, inclusive, um plano de acessibilidade às dependências do Campus para estudantes com necessidades especiais.

O sistema de educação da Universidade encontra-se fundamentado na relevância da educação, com ênfase na qualidade, no respeito às culturas, na proteção ao meio ambiente e nas necessidades sociais da região e do País. Em face do exposto, reitera-se que as diretrizes pedagógicas institucionais não se limitam ao fazer pedagógico per si, mas agregam elementos que subjazem ao processo educativo

9) Concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar

A organização pedagógica, os prazos de conclusão do curso, os critérios de avaliação do desempenho acadêmico, bem como as responsabilidades do corpo docente e discente em relação ao curso seguem as orientações presentes no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato sensu da Universidade Federal de Lavras.

Como perfil formativo, o curso de Especialização em Gestão Escolar visa à formação de um profissional para atuar nas escolas ou outros espaços na área da Gestão, a partir de um currículo atento às concepções contemporâneas das dimensões que envolvem esta área e com uma estrutura de curso que leva em consideração os tempos de trabalho e que possibilite uma estreita reflexão sobre as teorias e as práticas educativas.

O curso busca articular as políticas públicas, as demandas sociais e os campos dos saberes com uma formação teórico-metodológica e prática adequadas aos sujeitos para o desenvolvimento de competências críticas e efetivas para o trabalho na Educação Básica e/ou outros espaços não escolares.

9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão escolar, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto do setor de educação à luz da ética, buscando contribuir

para o alcance dos objetivos das organizações, em especial aquelas do setor público, visando ao desenvolvimento socioeconômico.

9.2.1 Objetivo geral

- Capacitar os participantes a atuarem como gestores escolares e potencializar a execução de atividades administrativas e de prestação de serviços nas diversas esferas do setor de educação.

9.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste curso:

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações no seu ambiente de atuação;
- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para o diagnóstico e a solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria do seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor escolar.

9.3 Organização curricular

O curso foi estruturado em três módulos, nos quais as 13 disciplinas/atividades do curso são distribuídas, conforme explicitado nos quadros abaixo.

No planejamento de cada disciplina, respeitada a autonomia didática de cada docente, deve estar prevista a preparação de: pelo menos 1(uma) videoaula, que pode ser realizada pelo professor quando da abertura da disciplina ou como preparação para os encontros presenciais; atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com pelo menos uma atividade para cada semana de duração da disciplina do curso; avaliações processuais, bem a entrega de avaliações para primeira chamada, segunda chamada e recuperação de aprendizagem. Nesse planejamento dos docentes responsáveis, sempre que possível, utilizaram materiais de estudo de circulação livre, bem como os materiais digitais disponíveis na biblioteca da UFLA.

9.3.1 Módulo I

O módulo I é composto por seis disciplinas/atividades, de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas. Dessa forma, ele contemplará as 5 disciplinas básicas do PNAP e a disciplina específica de

Projeto Pedagógico na Gestão Escolar

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução à EaD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30
	TOTAL DE HORAS	180

A função do Módulo I é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulos II e III, os problemas e as questões inerentes à atuação do gestor escolar nas unidades escolares ou demais instâncias do setor de educação.

9.3.2 Módulo II

O Módulo II em Gestão Escolar é composto por quatro disciplinas/atividades de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas. Este módulo iniciará pelo TCC 1, no qual os alunos já serão alocados e orientados para o desenvolvimento do seu projeto inicial:

Ord.	Disciplina	C. H.
7	TCC 1	30
8	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45
9	Gestão de Pessoas na Escola	30
10	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45
11	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30
	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	180

9.3.3. Módulo III

O módulo III composto será por duas disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de

60 horas. Este módulo incluirá o TCC 2, no qual os alunos focarão na coleta e análise de dados para entrega do TCC final.

Ord.	Disciplina	C. H.
12	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30
13	TCC 2	30
—	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	60

9.3.4. Ementário

Disciplina 1 – Introdução à EAD

EMENTA

Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino- Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância. Fortaleza: RDS Editora, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.
MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011.
SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação. Salvador: UNEB/EAD, 2010.
SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015

Disciplina 2 – Política e Sociedade

EMENTA

Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo.

Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. Autonomia e parceria: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política.

13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. Política: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. Administração política como campo do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

v. 1 e v. 2. Parcialmente disponível em:

http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014. Disponível em:

<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (org.). Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública

EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; e a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, accountability e responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na União e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTIN, Claudia. Administração Pública. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010. DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Teorias da administração pública. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). Administração pública: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: Enap, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. The public administration theory primer. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso das normas da ABNT).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo:

Cortez, 2007.

YIN, Robert. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 6 – Projeto Pedagógico na Gestão Escolar

EMENTA

Análise do Projeto Político-Pedagógico: conceitos político administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Procedimentos para elaboração e ou revisão de projetos pedagógicos. Debate e discussão de políticas de controle social. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opinião Pública, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (org.). Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, jun. 2008.

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. Dados, v. 34, n. 3, p. 311-348, 1991.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, 23 mar. 1964.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, 05 maio 2000.

BRASIL. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 07 fev. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período

2004/2007. Diário Oficial da União, 12 ago. 2004.

BRASIL. DECRETO Nº 5.790, DE 25 DE MAIO DE 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, 26 maio 2006.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. Planejamento e Políticas Públicas – PPP, Brasília, n. 23, p. 7-70, jun. 2001.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Conselhos Municipais. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais. Disponível em: <https://www.cidades.gov.br/saneamento/proeesa/biblioteca-virtual/111-conselho-das-cidades/conselhos-municipais/1574-conselhos-municipais>. Acesso em: 26 jun. 2009

Disciplina 7 – TCC 1

EMENTA

Redação do trabalho de conclusão de curso. Elaboração de projeto inicial. Descrição dos procedimentos metodológicos utilizadas. Revisão da fundamentação teórica. A disciplina poderá ser oferecida por orientadores individuais ou por grupos de estudo e/ou de pesquisa. Para atender às necessidades serão abertas tantas turmas quanto sejam os agrupamentos feitos. Cada aluno/a se matriculará na oferta (turma) de seu orientador/a.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 12. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 212 p. ISBN 9788524916380.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013. 117 p. (Questões da nossa época, v. 46). ISBN 9788524920226.

LÜDKE, Menga (Coord.). O que conta como pesquisa? São Paulo, SP: Cortez, c2009. 120 p. ISBN 9788524915000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 23. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2009. 102 p.

BARBOUR, Rosaline S. Grupos focais. Porto Alegre, RS: Bookman, Artmed, 2009. 216 p. (Coleção pesquisa qualitativa). ISBN 9788536320540.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). Novos enfoques da pesquisa educacional. 7. ed., aum. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 191 p. ISBN 9788524916397.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 159 p. (Coleção Práxis). ISBN 9788530803735.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: EPU, 1986. 99 p. (Temas Básicos de Educação e Ensino). ISBN 9788512303703.

Disciplina 8 – Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino

EMENTA

Definição de Fundeb e principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicadas a instituições de ensino. Controle de caixa. Controle de materiais. Controle de contas a pagar e a receber. Controle de patrimônio. Execução de recursos associados ao Fundeb (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas. Planejamento Financeiro de Eventos. Noções de projetos de captação de recursos. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARENZENA, Nalú. Fundef e Fundeb no contexto do financiamento da educação pública brasileira. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2007.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos et al. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cotez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. Educ. Soc., Campinas, v. 22, n. 75, p. 84-108, agosto de 2001.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. Administração de recursos humanos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

Disciplina 9 – Gestão de Pessoas na Escola

EMENTA

Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- LIMA, Paulo Daniel Barreto. A excelência em Gestão Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.
- LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.
- LUCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Cadernos de gestão, v. 4).
- LÜCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar: uma Gestão Paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 1).
- LÜCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 2).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- ARAÚJO, Luís Cesar G. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.
- BERGUE, Sandro T. Gestão de Pessoas no Setor Público. Caxias do Sul: Editora da UCS, 2012.
- BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. Administração de recursos humanos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.
- SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.
- ZARIFIAN, Philippe. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

Disciplina 10 – Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola

EMENTA

Conceitos básicos sobre projetos na escola. Tipologia, políticas públicas e estruturação de projetos. Técnicas de elaboração e avaliação de projetos. Abordagens tradicionais versus princípios ágeis. Técnicas e ferramentas ágeis. Planos auxiliares: comunicação, risco e responsabilidades. Aspectos administrativos

e legais. O papel do gestor escolar no delineamento, na execução e na finalização do projeto.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CRUZ, Fábio. Scrum e Guia PMBOK unidos no gerenciamento de projetos. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

DATE, Roberta Naia; PINOCHET, Luis Hernan Contreras; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; NEMOTO, Miriam Christi Midori Oishi. Aplicação do método ágil scrum em uma fundação educacional do setor público. Revista de Gestão e Projetos – GeP, v. 7, n. 2, maio/ago. 2016.

MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. Uma proposta de tipologia para projetos educacionais. In: MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. Trabalhando com Projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Waldelino Duarte; MONTENEGRO, Luana Fernandes dos Santos; Neto, Manoel Veras de Sousa. Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. Revista de Gestão e Projetos, v. 10, n. 2, p. 107-119, maio/ago. 2019.

WOILER, Samsao; MATHIAS, Washington Franco. Projetos: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. In: MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. Trabalhando com Projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Waldelino Duarte; MONTENEGRO, Luana Fernandes dos Santos; Neto, Manoel Veras de Sousa. Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. Revista de Gestão e Projetos, v. 10, n. 2, p. 107-119, maio/ago. 2019.

WOILER, Samsao; MATHIAS, Washington Franco. Projetos: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SIMOYAMA, Felipe de Oliveira; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; BATTISTI, Mario Cesar Guimarães. Adaptação e implantação da metodologia Scrum para projetos ágeis numa Autarquia Federal. Revista Gestão & Tecnologia, Pedro Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 260-276, maio/ago. 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARMANI, Domingos. Como Elaborar Projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CONTADOR, Claudio Roberto. Projetos sociais: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

KISIL, Rosana. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano (org.). Métodos Ágeis para

Desenvolvimento de Software. Porto Alegre: Bookman, 2014.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). Elaboração de projetos comunitários: abordagem prática. São Paulo: Loyola, 1995.

Disciplina 11 – Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação

EMENTA

Abordagens conceituais sobre processos; organizações educacionais e fomento e suas múltiplas configurações; Direito Administrativo e respectivas orientações; critérios de responsabilização; características da responsabilização; parcerias, fomentos e suas configurações; fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição; padrões para prestação de contas; necessidade da capacitação e qualificação das pessoas; e necessidade legal e formas de prestação de contas no setor da Educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Manual de Processo Administrativo Disciplinar. Brasília: CGU, 2016.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar de. Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância: à luz da jurisprudência dos tribunais e da casuística da Administração Pública. 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

COSTA, José Armando da. Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2011.

BRAZ, Petrônio. Processo de Licitação - Contrato Administrativo e Sanções Penais. 2. ed. Rio de Janeiro: Mizuno, 2007.

CRETELLA JUNIOR, José. Prática do Processo Administrativo. 6. ed. São Paulo: RT, 2008.

GONZALEZ, Atila J.; OCTAVIANO, Ernomar. Sindicância e processo Administrativo. 11. ed. São Paulo: Leud, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo, Atlas, 2008.

MOREIRA, Egon Bockmann. Processo Administrativo. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar. Brasília: CGU, 2016.

BALTAR NETO, Fernando Ferreira; TORRES, Ronny Charles Lopes de. Direito Administrativo. 5. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização: Odete Medeuar. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. (Coletânea da Legislação de Direito Ambiental).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 27. ed. rev. ampl. e atual.

São Paulo: Atlas, 2014.

COSTA, Nelson Nery. Processo Administrativo e suas Espécies. Rio de Janeiro. Forense, 2003. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. Processo Administrativo. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012.

SOUSA, Alice Ribeiro de. Processo Administrativo do Concurso Público. Leme- SP: Mizuno, 2012

Disciplina 12 – Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação

EMENTA

Histórico da Educação no Brasil. Reforma do Estado e políticas educacionais Legislação Educacional. Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares. Planos Nacionais de Educação. Novas tecnologias e currículo. Globalização, Políticas educacionais e Diagnóstico da educação no Brasil: sistemas nacionais e internacionais de Avaliação da Educação. Dimensões, indicadores e índices de avaliação da qualidade em educação. Qualidade da educação pública como promotora do desenvolvimento e de reduções de iniquidade sociais: experiências internacionais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. O Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília: MEC, 2007.

PISA 2018 – MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

OECD. PISA 2018 Assessment and Analytical Framework. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 24 mar. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

Disciplina 13 – TCC 2

EMENTA

Redação do trabalho de conclusão de curso. Coleta e análise dos dados. Descrição dos procedimentos metodológicos utilizadas. Revisão da fundamentação teórica. A disciplina poderá ser oferecida por orientadores individuais ou por grupos de estudo e/ou de pesquisa. Para atender às necessidades serão abertas tantas turmas quanto sejam os agrupamentos feitos. Cada aluno/a se matriculará na oferta (turma) de seu orientador/a.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 12. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 212 p. ISBN 9788524916380.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013. 117 p. (Questões da nossa época, v. 46). ISBN 9788524920226.

LÜDKE, Menga (Coord.). O que conta como pesquisa? São Paulo, SP: Cortez, c2009. 120 p. ISBN 9788524915000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 23. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2009. 102 p.

BARBOUR, Rosaline S. Grupos focais. Porto Alegre, RS: Bookman, Artmed, 2009. 216 p. (Coleção pesquisa qualitativa). ISBN 9788536320540.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). Novos enfoques da pesquisa educacional. 7. ed., aum. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 191 p. ISBN 9788524916397.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 159 p. (Coleção Práxis). ISBN 9788530803735.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: EPU, 1986. 99 p. (Temas Básicos de Educação e Ensino). ISBN 9788512303703.

10) Estrutura administrativo-pedagógica

O Curso de Especialização em Gestão Escolar a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- estudante matriculado no curso;
- professores autores, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- professores formadores, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- professores pesquisadores, vinculados a programas de pós-graduação da UFLA, ou a projetos de pesquisa;
- tutores, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
- equipe de apoio, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

Estamos vivendo um período histórico de transição, no qual modelos e paradigmas

tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e de aprender.

Os atuais paradigmas educacionais refletem a necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações.

A EaD oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos. Para tanto, exige uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente em uma rede de colaboração: de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que este chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao professor tutor, do autor ao designer instrucional, do editor ao artista gráfico (web designer), entre outros atores.

Toda essa estrutura interage no Ambiente virtual de aprendizagem (AVA), espaço em que estudantes, professores formadores dos componentes curriculares, tutores e equipe de suporte fazem uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), aplicando-as à educação, organizando e construindo um conhecimento compartilhado e inovador.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

1. A estrutura organizativa, composta pelos sub-sistemas de concepção, elaboração e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os polos de apoio presencial.
2. A comunicação: que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, implicação consciente da/o estudante, intencionalidade, atitude adequada, destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível das/os estudantes.
3. O trabalho cooperativo: somos frutos de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (professores, autores, designer instrucional, web designer), de forma a privilegiar a interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do

trabalho cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

Pode-se definir o AVA como um sistema que congrega e disponibiliza diversos aplicativos de comunicação e interação, que tem por finalidade promover aprendizagem vinculada em um processo de ensino que é sistemático, organizado, intencional e tem caráter formal.

A plataforma Moodle, já utilizada na UFLA por outros cursos de graduação e pós-graduação em andamento na modalidade a distância e por docentes de cursos presenciais é a principal ferramenta utilizada para a gestão do conteúdo do curso no AVA.

O Moodle é um software livre que foi desenhado para a construção de salas de aulas virtuais. O professor da disciplina pode escolher entre as diversas funcionalidades que melhor atendam aos objetivos e público do curso. Diversas ferramentas de interação podem ser utilizadas, tais como: fóruns de discussão, questionários, pesquisas de opinião, tarefas de diversos tipos, enquetes, wikis, envio de mensagens individuais e por e-mail, calendário, diário, chats, glossário, dentre outras.

Geralmente, o professor formador prepara sua disciplina e, em parceria com o designer instrucional do curso e com os tutores que atuarão na mediação da disciplina, seleciona as melhores ferramentas e estratégias pedagógicas para o desenvolvimento dos conteúdos. Pela característica do curso de Especialização a distância, apenas o preenchimento do plano de ensino no sistema não é suficiente para a montagem dos AVAs de cada disciplina; dessa forma utilizamos um documento que chamamos de “Matriz de design da disciplina”, onde, além de todo o conteúdo programático ser esmiuçado pelo professor, os materiais, textos, as avaliações, as estratégias pedagógicas e as orientações para os tutores são apontadas, em uma linguagem dialógica, própria da educação a distância. A partir dessa matriz, a equipe técnica e pedagógica cria a sala virtual, que é conferida pelo professor e depois é replicada, uma para cada polo de oferta do curso. Além do preparo da disciplina, o professor formador, no formato de docência compartilhada, organiza as ações junto aos tutores que atuarão na disciplina, buscando um trabalho colaborativo. A coordenação do curso também atua na conferência e na sugestão de atividades e encaminhamentos para a disciplina, sobretudo pela visão geral do curso e compreender as necessidades formativas dos estudantes. As metodologias mais utilizadas pelos docentes são as baseadas em problematizações, estudos de casos, atividades integradoras, investigações sobre a prática, aulas dialogadas e expositivas transmissivas ao vivo ou gravadas, seminários, debates, bem como as demais ferramentas presentes no AVA. Os critérios avaliativos são variados e estão de acordo com os objetivos a serem alcançados pelos estudantes ao longo da disciplina e, geralmente, englobam atividades no campus virtual e atividades presenciais nos polos.

10.1 Equipe multidisciplinar

O curso de Especialização em Gestão Escolar a distância é ofertado pela instituição seguindo o modelo da UAB e, por isso, contamos com uma equipe multidisciplinar que compõe a estrutura administrativo-pedagógica do curso. Integram essa equipe a coordenação de curso, a coordenação de tutoria, os professores formadores, os tutores, o revisor pedagógico, o designer instrucional, a equipe de TI e o pessoal que atua no financeiro e na parte administrativa/secretaria.

Para o preenchimento de todas as funções são publicados editais de seleção, com perfil profissional definido pela instituição, de acordo com orientações da Capes. Essa seleção se faz necessária, uma vez que todos os envolvidos recebem bolsas para essa atuação nos cursos a distância e a instituição precisa garantir a transparências nos processos de preenchimento dos cargos.

10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar

Após o processo de seleção, todos os envolvidos são convocados para atuação, respeitando-se a ordem de classificação e passam por formações periódicas, desenvolvidas pela DEAB:

I. Formação de professores conteudistas e formadores sobre a função docente na EaD, na concepção do plano pedagógico da disciplina e na elaboração de material didático, destacando a importância da linguagem, de recursos específicos, como endereços na internet, biblioteca virtual, livro texto digital, uso da webconferência, produção de videoaulas e das diferentes potencialidades pedagógicas que as ferramentas do AVA possibilitam para o desenvolvimento dos componentes curriculares;

II. Formação pedagógica de Tutores e para uso das ferramentas de interação no ambiente Moodle, destacando a função docente na EaD, compartilhada entre tutoria e professor formador, o processo ensino-aprendizagem a distância e suas particularidades e a importância dos feedbacks formativos para a evolução do processo de aprendizagem dos estudantes;

III. Formação em Gestão de Educação a Distância para o pessoal técnico- administrativo e coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais do curso;

IV. Formação de pessoal técnico-administrativo sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o AVA a ser utilizado e os procedimentos de escrituração e registros das rotinas escolares.

A DEAB também faz o acompanhamento dos trabalhos na plataforma virtual por meio dos relatórios presentes no ambiente, com geração de informações de uma forma gráfica e de fácil

compreensão para diferentes níveis de usuários, como administradores, coordenadores, tutores e alunos. Assim, a equipe da Coordenadoria Pedagógica realiza os acompanhamentos nos sistemas para municiar as coordenações de tutoria e as coordenações de cursos a distância com informações, quantitativas e qualitativas, relacionadas ao desempenho das funções de tutores e docentes que trabalham nos cursos a distância.

Dessa maneira, é muito importante monitorar e acompanhar as ações desenvolvidas e garantir que a comunicação entre todos os envolvidos seja realizada de forma clara e objetiva, para otimizar as ações em função do curso.

10.3 Docentes que participam da gestão do curso

Comissão coordenadora:

Prof^a Dr^a Giovanna Rodrigues Cabral (presidente);

Prof^a Dr^a Bethânia Bittencourt Costa e Silva (membro) e

Prof^o Dr^o Paulo Henrique Arcas (membro)

11) Infraestrutura e processo de gestão acadêmico- administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ produção e organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a UFLA e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na Universidade Federal de Lavras e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a Universidade Federal de Lavras.

Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Escolar encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as instituições participantes do programa.

11.1 Sistema de tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Escolar, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilitam a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores

a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela instituição antes do início e ao longo do curso.

Assim, a mediação e o acompanhamento dos estudantes são realizados pelos tutores, que atuam a distância, via campus virtual ou presencialmente nos polos de apoio.

Sabemos que em um curso oferecido na modalidade a distância é imprescindível um corpo de tutores devidamente qualificado é de suma importância. Um sistema de tutoria necessário ao estabelecimento de uma educação a distância de qualidade deve prever ainda a coordenação de tutoria que, em parceria com a equipe da DEAB e dos professores formadores, responsabiliza-se pela seleção, formação e atuação de tutores presenciais e a distância, além de acompanhar no ambiente virtual (Salas de tutoria e Salas de Aula) o trabalho dos tutores presenciais e virtuais.

A principal função do tutor virtual é a mediação em relação aos conteúdos das atividades, junto aos estudantes de uma turma. Ele acompanha diariamente os trabalhos e interações com estudantes e entre estudantes do curso, em uma disciplina ou em um conjunto de componentes curriculares, mostrando-se presente, dando orientações relativas ao conteúdo, organizando as discussões e estudos coletivos, observando atentamente e procurando recuperar os estudantes que se apresentarem ausentes na participação, avaliando o aproveitamento, corrigindo e atribuindo notas aos trabalhos e fazendo as devolutivas formativas para que os estudantes avancem em seu percurso acadêmico. Mantém-se em constante comunicação com a Coordenação de Tutoria, com o professor

formador da disciplina e demais tutores por meio da Sala de Tutoria, de modo a compartilhar descobertas e desafios do ensino e da aprendizagem em sua turma, sua atuação, e receber orientações. Para isso, deve ler e responder às comunicações em seu email institucional, na Sala de Tutoria e na sala com seus estudantes, diariamente. Deve apresentar relatórios semanais (ou conforme o período combinado) à Coordenação de Tutoria e professor formador, com informações objetivas e organizadas sobre o andamento e aproveitamento das atividades e discussões com seus estudantes. Também participa dos encontros presenciais, na ministração de aulas, sempre que necessário.

Assim, os tutores virtuais atuam, mediando o processo pedagógico junto a estudantes geograficamente distantes. Ainda, o curso de Especialização trabalha com a concepção de docência compartilhada, sendo que o professor formador e os tutores trabalham de forma conjunta, começando pelo planejamento da disciplina, seleção das atividades e interações semanais para discussões sobre o andamento da disciplina e possíveis replanejamentos. A partir da orientação e acompanhamento do professor formador os tutores acompanham, problematizam, medeiam, interagem com mais segurança e propriedade sobre os conteúdos, pois participou ativamente da construção da disciplina. Junto com o professor, faz a avaliação do percurso do estudante e a avaliação de suas aprendizagens, de forma qualitativa e quantitativa.

O perfil desejado para atuar na tutoria virtual no curso é que sejam pessoas graduadas em Pedagogia, preferencialmente, ou nas demais licenciaturas, com pós graduação *strictu sensu*, no mínimo. Cada tutor é responsável por uma turma com até 50 estudantes. Os profissionais para atuação na tutoria são selecionados por meio de edital de seleção pública, divulgado pela Unidade acadêmica ou pela DEAB, elaborado elencando os componentes do curso, podendo, dependendo do perfil, assumir mais de uma disciplina (desde que não seja concomitante). As regras do Edital são elaboradas tomando por base as necessidades do curso, bem como as regras estipuladas pela CAPES.

No caso de encontros no polo de apoio presencial, temos a figura do tutor presencial que tem como principal papel o acompanhamento de estudantes que se dirigem ao polo presencial procurando auxílio na realização das atividades propostas. Deve ter horários definido para esse atendimento, negociados junto à Coordenação de Polo e à Coordenação de Tutoria e disponibilizar 20 horas semanais para isso, prezando para que o polo esteja sempre em boas condições para os estudantes, especialmente a sala de informática. Em auxílio à tutoria virtual deve observar atentamente os estudantes que se apresentarem ausentes das salas virtuais e em atraso com o cumprimento das atividades propostas e buscar reestabelecer a comunicação com estes,

compreendendo suas dificuldades e agindo para a sua reintegração e participação. É responsável pela organização dos encontros mensais, incluindo a aplicação das avaliações presenciais. Registra a frequência nos encontros presenciais de caráter coletivo, auxilia no envio de documentos e justificativas de ausência, quando necessário.

Tanto a tutoria presencial quanto a virtual precisam atuar em parceria para que o processo pedagógico se qualifique. Precisam conhecer e divulgar junto aos estudantes o projeto pedagógico do curso, o material didático e a proposta dos componentes, a fim de auxiliar os estudantes, motivando-os, fomentando o hábito da leitura, da pesquisa e da interação com os colegas, e esclarecendo dúvidas em relação ao uso das tecnologias disponíveis.

Após a seleção da tutoria, por meio de editais específicos, a formação inicial é feita pela Coordenação de Curso e de Tutoria, em parceria com a DEAB. Em um curso que contempla momentos presenciais e a distância, os tutores têm uma formação técnica, a fim de conhecer o AVA, aliada à pedagógica, momentos em que o contexto em que o curso se insere e a proposta pedagógica do curso são apresentados, incluindo a dinâmica de trabalho e as funções da tutoria, na perspectiva da docência compartilhada.

Geralmente, a formação para a docência acontece no momento em que a disciplina ainda está sendo planejada, por meio de encontros presenciais ou a distância entre tutoria e o professor formador e se estende durante a oferta da disciplina, por meio da Sala de Tutoria e de encontros constantes para discussões e ajustes.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados: ambiente virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros; videoaulas; aulas transmitidas ao vivo; telefone; redes sociais; aplicativos de troca de mensagens instantâneas; e-mail, entre outros.

11.2 Encontros presenciais

Os encontros presenciais, sempre que previstos, são realizados nos polos de apoio presencial aos cursos a distância, localizados nos municípios que sediam a oferta de turmas, estruturados pela parceria entre os municípios e a Universidade. São realizados para atendendo as orientações da Capes e internas da UFLA para a realização de avaliação e/ou de aulas e atividades de formação.

12) Diretrizes de avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de

decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EaD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Municipal.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

12.1 Avaliação institucional e dos subsistemas de EaD

A autoavaliação é um processo importante e fundamental que pretende identificar e fornecer informações importantes que poderão embasar o planejamento e a tomada de decisão dos gestores, em todos os níveis, para o contínuo desenvolvimento da instituição.

Em atendimento à Lei nº 10.861/2004, a Universidade Federal de Lavras criou em 2004, pela

portaria nº 624 de 3 de novembro de 2004, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão suplementar da Reitoria da UFLA, responsável pela organização e condução dos processos de avaliação interna, tendo em vista a dinamização do processo de autoavaliação por meio de um planejamento estratégico definido em reuniões ordinárias e extraordinárias, visando garantir a continuidade dos trabalhos já realizados e maior eficiência aos processos; a fim de possibilitar a revisão de seus objetivos, suas estratégias, seus valores e ações de ensino, pesquisa e extensão; a comissão própria de avaliação – CPA, é integrada por representantes das/os professoras/es, estudantes, técnico-administrativos e sociedade civil. Entre suas atribuições encontram-se: a condução do processo de avaliação interna da universidade; a sistematização e o oferecimento de informações relativas à avaliação institucional aos órgãos governamentais competentes; a proposição de projetos, programas e ações que proporcionem melhorias no processo de avaliação institucional; o desenvolvimento de estudos e análises visando ao fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional.

Atualmente, o processo de autoavaliação é conduzido anualmente, gerando relatório circunstanciado com dados sobre diversos aspectos das seguintes dimensões: desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas, incluindo políticas para ensino, pesquisa e extensão, comunicação com a sociedade e política de atendimento aos/as discentes; políticas de gestão, incluindo políticas de pessoal, organização e gestão da instituição e sustentabilidade financeira; infraestrutura, incluindo infraestrutura física, recursos de informação e serviços prestados pela biblioteca e restaurante universitário. A partir da análise dos resultados permite-se a proposição de ações de melhorias nas dimensões analisadas, além de adequado acompanhamento das diretrizes e dos objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional.

É importante destacar que a autoavaliação se orienta, em especial, pelos seguintes princípios: ampla participação da comunidade acadêmica, desde a concepção e execução dos instrumentos de avaliação até a análise crítica dos resultados; utilização, com o maior grau de integração possível de métodos qualitativos e quantitativos de simples entendimento e administração; adaptação às necessidades e características da instituição ao longo de sua evolução; foco nos processos coletivos e não na avaliação de indivíduos; fornecimento à gestão institucional, ao poder público e à sociedade de uma análise crítica e contínua da eficiência, eficácia e efetividade acadêmica da universidade.

No âmbito do Curso de Especialização em Gestão Escolar a autoavaliação leva em consideração: as impressões do corpo docente, levantadas em reunião pedagógica, promovida pela coordenação do curso; os relatórios de atividade docente, apresentados em cada período letivo, com destaque para os dados relativos à produtividade dos professores e às suas atividades de pesquisa e

de extensão; a avaliação das práticas e das rotinas realizadas pelos técnicos-administrativos; as impressões dos estudantes sobre plano de ensino, conteúdo curricular e o professor responsável de cada componente curricular, a partir de questionário eletrônico aplicado pela coordenação de curso; os índices de retenção e evasão estudantil oferecidos pela Pró-Reitoria de Pós Graduação; os índices de empregabilidade, de ingresso em cursos de pós-graduação strito sensu e de aprovação em concursos públicos obtidos por egressos/as.

Com a participação de diversos atores, é possível projetar a construção mais democrática e participativa do projeto de curso e do percurso a ser seguido com a consecução de seus objetivos. Importante salientar que o processo de autoavaliação é realizado de maneira contínua, não se restringindo apenas ao diagnóstico de fragilidades e à proposição de ações de correção, mas inclui a reflexão sobre práticas consolidadas e sobre a oportunidade de adoção de novas práticas, além do monitoramento de ações levadas a cabo por outras instituições de excelência. Assim, considera-se o processo de autoavaliação uma atividade de natureza também preventiva.

12.2 Avaliação de aprendizagem

A verificação do rendimento acadêmico se dará por meio de instrumentos de avaliação da aprendizagem, da frequência aos encontros presenciais, sempre que previstas no calendário e por meio da participação em atividades realizadas a distância, as quais, desde que não atingidas, em conjunto ou isoladamente, inabilitam o estudante nos componentes curriculares.

A avaliação da aprendizagem deverá ser realizada por meio de atividades, baseando-se em critérios quantitativos e qualitativos, definidos pelo professor formador responsável pelo componente curricular, considerado, para tal, o desempenho, interesse e a participação do estudante. Destaca-se a obrigatoriedade da participação dos estudantes nas atividades presenciais, quando previstas, em a cada componente curricular e que apresentem caráter avaliativo e/ou formativo.

Importa destacar que para ser considerado aprovado em um componente curricular o estudante precisa obter a frequência mínima exigida de 75% (setenta e cinco por cento) nos encontros presenciais e pontuação maior ou igual a 60% (sessenta por cento) no somatório das atividades dos componentes curriculares do curso. Caso o estudante não obtenha nota igual ou superior a 60 (sessenta) num componente curricular, ele poderá realizar um Exame Final (EF). Considerando o papel formador da avaliação, o estudante receberá feedback sobre o seu rendimento em até 5 (cinco) dias após aplicação da atividade, com a apresentação de sugestões para o aprofundamento dos estudos ou com a indicação de seus equívocos e alternativas para superação de suas fragilidades, em tempo hábil, para alcançar melhoria em seu desempenho. Com efeito, a

avaliação se apresenta como elemento de incentivo e de motivação para a aprendizagem de todos os estudantes, reforçando comportamentos positivos.

Neste sentido, pode ser garantida aos estudantes de menor rendimento, uma nova oportunidade para o aprendizado, que recaem na: I - Assistência individual por meio da tutoria; II- Atividades e/ou aulas de reforço; III- Outro sistema a critério do Colegiado de Curso.

As notas dos trabalhos escolares deverão ser divulgadas, no máximo, 5 (cinco) dias úteis após sua realização. O estudante que não concordar com sua nota deverá, em primeiro lugar, consultar o professor, por meio do tutor. Caso ainda se sinta prejudicado, poderá requerer revisão do trabalho escolar ao coordenador do curso, em formulário próprio, preenchido e encaminhado pelo AVA, até 5 (cinco) dias corridos após a divulgação da nota.

Nesse caso, a revisão do trabalho escolar será realizada por banca revisora, constituída por três docentes designados pelo coordenador do curso, excetuando-se o docente responsável pelo trabalho escolar em questão.

Por fim, resta assinalar que estará disponível para os estudantes, no início do módulo, o plano de ensino de cada disciplina, com indicação dos conteúdos e das atividades programadas, além da metodologia do processo de ensino e aprendizagem, dos critérios de avaliação a que serão submetidos e da bibliografia básica e complementar.

12.3 Trabalho de conclusão de curso

Como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, os estudantes terão de apresentar, até o final do 18º mês de curso, um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O TCC tem por objetivo principal proporcionar ao discente a reflexão crítica, teórica e metodológica a partir da problematização e estudos, mais aprofundado, de questões referentes à área da Gestão Escolar. Deverá ser desenvolvido no formato de artigo científico e sua elaboração se dará no decorrer dos seis últimos meses do curso de Especialização. Consistirá em trabalho de pesquisa acadêmico-científico, realizado de forma individual ou em dupla, sob a supervisão de um professor orientador, e discorrerá sobre um tema definido de comum acordo, relativo a assunto vinculado à área da Gestão Escolar. O curso conta com duas disciplinas/atividades relacionadas ao TCC: no TCC 1 os alunos já serão alocados a orientados para o desenvolvimento do seu projeto inicial e no TCC 2 focarão na coleta e análise de dados e na redação final e apresentação do trabalho.

No TCC, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de

trabalhos acadêmicos. As normas e as orientações básicas para a elaboração do artigo estão contidas nas especificações vigentes da Universidade Federal de Lavras, estabelecidas pela Biblioteca Universitária da UFLA, especificadas no documento “Manual de Normalização e estrutura de trabalhos acadêmicos: TCC, Monografias, Dissertações e Teses” (UFLA, 2024).

A banca avaliadora do TCC será composta pelo orientador, como seu presidente, e mais dois membros titulares e um suplente, escolhidos dentre os docentes do curso e/ou convidados que desenvolvam atividades relevantes na área de conhecimento relativa à pesquisa apresentada no TCC, incluindo mestrandos do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras, com no mínimo, especialização lato sensu concluída. E será avaliado pela banca examinadora, outorgando-se nota na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo exigida a nota mínima 60 pontos inteiros para sua aprovação.

Ainda, caso a banca avaliadora indique correções necessárias, o estudante ficará responsável pela verificação das correções e deverá entregar o trabalho corrigido para seu orientador até o final do período letivo em que ocorreu a defesa e a versão final será encaminhada para a Secretaria do curso, que fará o depósito do TCC na Biblioteca da instituição.

13) Processo de comunicação-interação entre os participantes

As interações e comunicações entre os envolvidos no curso ocorre por meio de mensagens pelo e-mail institucional e pelas ferramentas de comunicação no AVA, em especial nas salas virtuais criadas de forma específicas para esses contatos, como a sala de tutoria, criada para o registro das interações entre as coordenações de curso e de tutoria, a secretaria, os professores e os tutores.; como a sala da secretaria do curso, utilizada para a disponibilização de informações sobre o curso, orientações pedagógicas gerais, calendário de componentes curriculares e atividades, avisos administrativos, lembretes diretamente para acesso dos estudantes. de todos os polos.

A comunicação entre professores, tutores e estudantes também acontece nesses espaços virtuais dos componentes curriculares e do curso, a partir das ferramentas disponíveis nesses locais, como fóruns de dúvidas, de avisos gerais, ferramenta de mensagens individuais e coletivas dentro de cada disciplina, bem como a partir de outras estratégias como o chat síncrono, os feedbacks utilizados nas correções e devolutivas de tarefas, as transmissões síncronas ao vivo agendadas e os grupos nos WhatsApp.

Complementando, em razão de uma das principais características da EaD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas síncrona e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação síncrona podem recair no uso do telefone, chat, webconferência etc. Como processos de comunicação diacrônicos, podem ser utilizados: fóruns, aplicativos de mensagens, e-mails, sala no ambiente virtual, etc.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação síncrona e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado pelo seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

14) ACESSO DOS ESTUDANTES A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A Universidade Federal de Lavras, por intermédio de ações de sua Diretoria Executiva, nomeadamente pela Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) – órgão vinculado a Pró-reitoria de Planejamento e Gestão (PROPLAG) - disponibiliza e mantém em funcionamento um sistema de acesso à internet por meio de rede Wi-fi gratuita por toda extensão do campus universitário. A DGTI tem por objetivo desenvolver as atividades de gestão da tecnologia da informação no âmbito da UFLA. Gerir a Tecnologia da Informação significa atuar em questões relativas às soluções e serviços de TI, de forma a contribuir com o planejamento, organização, mapeamento dos processos, controle e avaliação de atividades, a fim de alinhar as ações, metas e objetivos de TI da DGTI às estratégias traçadas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFLA. É responsável ainda pela elaboração e execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI/UFLA).

É importante destacar ainda que a UFLA conta com laboratórios de informática abertos aos discentes nos três turnos de funcionamento da universidade, além de diversos outros espaços instalados nos diversos departamentos didático-científicos da universidade, tais como: laboratórios de tecnologias educacionais, laboratórios de computação científica, laboratório de educação continuada, laboratório de programação aplicada, entre outros. Também vale destacar a política de empréstimo de computadores portáteis aos discentes dos cursos de graduação e pós-graduação que é administrada pela Biblioteca Universitária, que atende considerável número de discentes que não possuem computadores próprios.

Por se tratar de um curso a distância, os estudantes pouco utilizam os recursos dos laboratórios e equipamentos da sede da instituição; no entanto, podem estar disponíveis laboratórios com computadores e internet para acesso no polos de apoio presencial em cada município onde o

curso é ofertado, bem como a tutoria presencial fica a disposição para assessorar o uso desses espaços.

15) BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Atualmente, a Biblioteca Universitária (BU) tem 5.200 m² e está na área central da Universidade, onde estão instalados: a cantina, uma agência do Banco do Brasil, caixas eletrônicas, a livraria universitária, a central de copiadora, o restaurante universitário, associações de classe, o posto policial e a maioria das edificações destinadas às salas de aula. A BU destina-se a disponibilizar recursos bibliográficos, informacionais, tecnológicos e acesso à informação, especialmente, ao corpo discente, docente e técnico-administrativo da UFLA, oferecendo suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para consulta local e pesquisa em suas dependências, a Biblioteca Universitária é de livre acesso para a comunidade externa. O acervo é composto por aproximadamente 325 mil exemplares (dados do 1º semestre de 2019) entre documentos como livros, monografias, teses, dissertações, folhetos, CDs, DVDs, obras de referência e periódicos. A BU também disponibiliza um acervo de computador portátil para empréstimo local e domiciliar.

São finalidades da Biblioteca Universitária estabelecer diretrizes e políticas para o provimento e a aplicação dos recursos para aquisição, manutenção, preservação e divulgação do acervo; adquirir, receber, organizar, guardar e promover a utilização do acervo para o ensino, a pesquisa e a extensão; difundir o acervo, visando a otimizar o uso de suas coleções; manter intercâmbio com bibliotecas, centros de documentação, entidades culturais, educacionais e órgãos similares; guardar, preservar e divulgar a produção técnica, científica e cultural da UFLA no Repositório Institucional (RIUFLA); promover o aperfeiçoamento de seus recursos humanos, possibilitando a participação em estágios, eventos técnico-científicos, cursos de capacitação, de graduação, especialização e de pós-graduação; prestar assessoramento na aplicação das normas de documentação no âmbito da UFLA; atender à comunidade da UFLA e ao público em geral por período diário ininterrupto, não sendo permitido o fechamento de qualquer Setor, exceto em situações especiais e/ou divulgados à comunidade; atender ao público em geral, resguardadas as limitações dos serviços de exclusividade da comunidade interna da UFLA e promover a acessibilidade informacional e espacial, sobretudo aos usuários portadores de alguma deficiência.

O prédio da BU é composto de 2 andares, sendo o térreo e o 1º pavimento, cada um deles com 3 alas. O primeiro pavimento é destinado ao acervo de referência e empréstimos domiciliares; área de estudo individual e em grupo; sala de fotocópias; e espaços de circulação, exposições culturais, técnicas e científicas, de consulta e de atendimento aos usuários. No pavimento térreo está

localizado 1 anfiteatro com capacidade de até 120 lugares, equipado com aparelhagem de som, climatização e é utilizado para eventos didáticos, científicos e culturais; 2 salas como Espaço de Pesquisa Virtual; ampla área de estudo com cabines individuais; áreas para acervos de pouco uso; Coleção de obras raras e especiais; setores administrativos e de processos técnicos.

Através do “Projeto Incluir”, do Ministério da Educação, foram disponibilizados computadores para atender usuários com necessidades visuais e estão dispostos em setores de fácil acesso, como nos terminais de consulta ao acervo, na entrada principal da biblioteca e no Espaço de Pesquisa Virtual I. O restante dos equipamentos desse projeto foi cedido para o Núcleo de Acessibilidade da UFLA. A Biblioteca possui também piso tátil e elevador para facilitar a locomoção dos portadores de necessidades especiais.

Por ser um curso a distância, os estudantes da Especialização não utilizam a estrutura física da BU, embora ela esteja disponível para todos. Um dos serviços que ela oferece e que é mais utilizado pelos estudantes, até porque pode ser realizado de forma remota é o acesso aos Portal de Periódicos da Capes e à Biblioteca Virtual. O Portal conta com mais de 37 mil periódicos disponíveis em texto completo, 126 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. A Biblioteca oferece também o recurso eletrônico “ABNT Coleção”, através desse serviço é possível gerenciar e consultar as normas técnicas atualizadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

16) CORPO DOCENTE

Por se tratar de um curso a distância do Sistema UAB, a Especialização em Gestão Escolar atende tanto às regulamentações internas da UFLA, quanto as externas relacionadas ao Sistema UAB/CAPES. Os integrantes da equipe ao atuarem no curso, seja em atribuições técnicas ou didáticas, ensinam o recebimento de bolsas de fomento CAPES, reguladas pelas Portarias nº 15/2017 e 139/2017, que alteram, em partes, a Portaria nº 183/2016 dessa mesma instituição (Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB).

Essa Portaria nº183/2016 regulamenta, em seu art. 7º, que o processo de seleção de quaisquer bolsistas pagos no âmbito da UAB deve ser realizado pela instituição de ensino superior, atendendo os princípios da publicidade e impessoalidade com a divulgação de critérios claros e objetivos. Ainda, o art. 4º define os valores a serem pagos e os critérios para a concessão das bolsas, com base nos perfis profissionais de atuação.

Dessa forma, em atendimento à Portaria 183/2016 e suas alterações, a UFLA, por meio da DEAB e ou da SI da Faelch, serão lançados editais para preenchimento das vagas relacionadas ao curso, para as funções da equipe técnica e para as funções de professor formador, tutor e coordenador de curso e de tutoria, cada qual com suas normativas específicas, chanceladas pela Procuradoria Federal da instituição.

Assim, a composição do corpo docente do curso não está vinculada a um Departamento específico, sendo definida a partir do resultado de processo seletivo para esse fim.



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

LAVRAS, 2024

INTRODUÇÃO

Como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Gestão escolar, os estudantes do Curso de Especialização em Gestão escolar, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e integrante do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) terão de apresentar, até o final do curso, um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Entende-se por TCC trabalhos acadêmicos em formatos de artigo científico. Este regulamento tem como objetivo a normatização do processo de elaboração, acompanhamento e orientação do TCC sendo o seu cumprimento de responsabilidade, da Equipe coordenadora, dos orientadores e dos estudantes do curso de Especialização em Gestão escolar.

CAPÍTULO I

Dos Objetivos e Definições

Art. 1.º O TCC tem por objetivo principal proporcionar ao estudante a reflexão crítica, teórica e metodológica a partir da problematização e estudos, mais aprofundado, de questões referentes à área da educação, em específico, a da Gestão escolar.

Art. 2.º O TCC deverá ser desenvolvido no formato de artigo científico e sua elaboração se dará no decorrer do último módulo do curso de Especialização.

Art. 3.º O TCC consistirá em trabalho de pesquisa acadêmico-científico, realizado individual ou em dupla, sob a supervisão de um professor orientador, e discorrerá sobre um tema definido de comum acordo, relativo a assunto vinculado à área da gestão escolar e/ou da educação.

CAPÍTULO II

Dos componentes curriculares e procedimentos necessários

Art. 4.º Os componentes curriculares que constituem, sistematizam e acompanham a produção final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) são: Metodologia da Pesquisa – 30 horas, Trabalho de Conclusão de Curso 1 (TCC 1) – 30 horas e Trabalho de Conclusão de Curso 2 (TCC 2) – 30 horas.

§ 1 Os componentes curriculares citados serão acompanhados por um docente e terão um cronograma de atividades a ser seguido.

§ 2 O componente Metodologia da Pesquisa tem como finalidade o estudo sobre a delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; da revisão da literatura: estado da arte do problema e das orientações e Normatizações para Redação Científica. Também compreende a organização do projeto para submissão no Comitê de Ética, se for o caso.

§ 2 O componente TTC 1 tem como finalidade promover o efetivo processo de elaboração do TCC, auxiliando cada estudante na escolha de um docente para orientação na elaboração da pesquisa, culminando na elaboração do projeto de pesquisa ou do relato de experiência.

§ 3 O componente TTC 2 tem como finalidade o acompanhamento das relações orientando e orientação, com aprofundamento das leituras, redação do referencial teórico, da metodologia e das reflexões sobre os dados e na escrita das considerações finais. Além de ser a etapa final de revisão do TCC, defesa pública do trabalho, na presença de banca examinadora e ajustes para entrega da versão final.

CAPÍTULO III

Sobre a Orientação

Art. 5.º A orientação para o desenvolvimento do TCC será assegurada a cada discente do Curso de Especialização em Gestão escolar. A orientação será exercida, preferencialmente, por um docente do curso ou professor colaborador vinculado ao curso e, em casos excepcionais, o professor coordenador do Componente Curricular de TCC poderá indicar um docente como orientador, caso necessário a Equipe Coordenadora do curso do Curso poderá ser consultada.

Parágrafo único: No caso de impossibilidade de continuidade da orientação por motivos de quaisquer natureza, o fato deve ser comunicado por escrito, pela orientação ou pelo orientando, ao professor coordenador de TCC, com a devida justificativa. Caberá ao professor coordenador da disciplina, em conjunto com o estudante, proceder à substituição do orientador e, se necessário, encaminhar as definições a Equipe Coordenadora do Curso.

Art. 6.º Compete ao professor coordenador do componente TCC:

- Cumprir e fazer cumprir no que lhe compete este Regulamento, assim como, divulgar suas disposições e as normas que o completam, sempre esclarecendo aos discentes sua forma de execução;
- Orientar e acompanhar os discentes na escolha de um professor orientador;

- Coordenar e regulamentar as relações orientador e orientando nas práticas investigativas, nas técnicas de elaboração de um trabalho de pesquisa científica e no cumprimento dos prazos de encaminhamento das atividades;
- Receber e analisar os pedidos de defesa antecipada de TCC, consultado a Equipe da coordenação de curso, se for o caso.

Art. 7.º Compete ao professor orientador:

- orientar e acompanhar a elaboração do projeto de pesquisa e as providências necessárias para o desenvolvimento da pesquisa a ser realizada pelo(s) orientandos;
- submeter, quando necessário, o protocolo de pesquisa à avaliação do COEP/UFLA antes do início das atividades de pesquisa de campo.
- orientar os estudantes nas práticas investigativas e nos procedimentos de elaboração e redação de um trabalho acadêmico-científico, disponibilizando-se a realizar a quantidade de encontros mínimos necessários para o atendimento dos estudantes sob sua orientação;
- estabelecer com cada orientando um plano de estudo, com um respectivo cronograma contendo a demarcação dos prazos para desenvolvimento de atividades de estudo e realização da pesquisa, indicando os locais, os horários de atendimento e outras providências necessárias;
- definir, ao final do processo de elaboração do TCC, se o trabalho está em condições de ser apreciado pelos examinadores, informando seu parecer ao professor coordenador de TCC;
- produzir, juntamente com o orientando, a documentação oficial referente à defesa de TCC e encaminhá-la ao professor coordenador responsável pelo componente de TCC.

Art. 8º Compete ao orientando:

- desenvolver as atividades de elaboração do TCC de acordo com o plano de estudo, seguindo o cronograma e agenda estabelecidos com o orientador;
- redigir o TCC com clareza, coerência, usar linguagem adequada, seguir a formatação de referências e citações conforme orientações normativas da ABNT, e fazer revisão ortográfica;
- observar rigorosamente os prazos estabelecidos para a inscrição, defesa do trabalho e entrega do TCC;
- entregar para cada membro da banca avaliadora e para o orientador, uma cópia impressa do trabalho, quando for o caso, ou o envio de cópia digital;

- providenciar junto com o orientador os locais, os materiais e/ou equipamentos necessários para a realização da defesa do TCC;
- entregar dentro de 20 dias corridos após a apreciação da banca avaliadora, a versão final digital do TCC já incorporada e corrigida, com as sugestões da banca examinadora.

CAPÍTULO V

Sobre a Normatização do TCC

Art.9º O TCC deverá ser apresentado conforme especificações vigentes nesta Universidade, em respeito à sua forma e apresentação. Estas normas estão especificadas na versão mais atual do documento “Manual de normalização e estrutura de trabalhos acadêmicos: TCC, monografias, dissertações e teses”, disponível no endereço eletrônico da Biblioteca Universitária da UFLA.

CAPÍTULO VI

Sobre a Avaliação do TCC

Art. 10 A banca avaliadora do TCC será indicada pelo professor orientador, em acordo com o orientando, que posteriormente, será encaminhada ao professor coordenador do componente de TCC. Somente após o deferimento da banca, o estudante poderá encaminhar o Registro de Defesa do TCC no Sistema Integrado de Processos (SIP) ou outro local destinado a esse fim.

Parágrafo único: A solicitação de defesa deve ser realizada com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias da data agendada.

Art. 11 A banca avaliadora do TCC será composta pelo orientador, como seu presidente, e mais dois membros titulares e um suplente, escolhidos dentre os docentes do curso e/ou convidados que desenvolvam atividades relevantes na área de conhecimento relativa à pesquisa apresentada no TCC, incluindo mestrandos do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras, com no mínimo, especialização lato sensu concluída.

Art. 12 O TCC será entregue/enviado pelo estudante aos integrantes da banca observando-se a antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data marcada para a defesa do TCC.

Art. 13 O TCC será julgado pela banca examinadora mediante defesa oral pública a ser efetivada, presencialmente ou de forma virtual, em data e local interno à UFLA.

Art. 14 Em caso de plágio comprovado o estudante será automaticamente reprovado, mesmo que a constatação e comprovação se dê após a aprovação.

Art. 15 O TCC será avaliado pela banca examinadora, outorgando-se nota na escala de 0 (zero) a 100

(cem) pontos, sendo exigida a nota mínima 60 pontos inteiros para sua aprovação.

§ 1.º A nota final será calculada pela média das notas atribuídas pela banca examinadora pela escrita do trabalho, apresentação e defesa oral.

§ 2.º Em caso de nota insuficiente, cada estudante poderá reapresentar seu trabalho por mais uma vez, em data a ser fixada pelo professor coordenador do componente, observado o calendário escolar.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Art. 16 Os casos omissos neste Regulamento serão apreciados pela Equipe de Coordenação do Curso.

Art. 17 O presente Regulamento poderá ser alterado no todo ou em suas partes mediante aprovação da Equipe de Coordenação do Curso.

Aprovado em julho de 2024